

de cuidados de saúde à população prisional e uma maior eficiência e eficácia na gestão dos equipamentos e dos serviços clínicos do sistema prisional, bem como quanto à utilização de meios auxiliares de diagnóstico e de medicação, assegurando o acompanhamento regular e a sistemática coordenação técnica, avaliativa e correctiva do sistema;

3.2 — Conceber e preparar os instrumentos legais necessários à repartição de competências entre os Ministérios da Justiça e da Saúde na prestação da generalidade de cuidados de saúde à população prisional e a inerente reafecção do respectivo pessoal de saúde, bem como a utilização dos espaços e equipamentos que estão afectos aos serviços clínicos nos EP e no hospital prisional, em estreita colaboração com a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

4 — O grupo de estudo funciona com o apoio logístico da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, da Direcção-Geral da Saúde e da Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde do Ministério da Justiça, no que diz respeito à elaboração de propostas que se tornem necessárias, e terá a duração de seis meses, no termo do qual apresentará o seu relatório final.

5 — Os elementos do grupo de estudo exercem funções em regime de acumulação, correndo pelos serviços de origem de cada Ministério o pagamento de encargos com deslocações e ajudas de custo.

6 de Setembro de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 20 042/2006

Nos termos conjugados do artigo 18.º, e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada, em comissão de serviço, no cargo de vice-presidente do Instituto do Ambiente, a Dr.ª Maria Margarida Cardoso Rodrigues da Silva, ficando autorizada a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem.

A presente designação fundamenta-se na experiência profissional da nomeada e na reconhecida aptidão da mesma para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, o respectivo *curriculum vitae*, que é publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Setembro de 2006.

7 de Setembro de 2006. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

ANEXO

Curriculum vitae

Maria Margarida Cardoso Rodrigues da Silva é engenheira química (ramo de Química e Processos pelo Instituto Superior Técnico (1974), e Doutora em Engenharia do Ambiente pela Universidade Nova de Lisboa (2003).

E, presentemente, investigadora do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, no Departamento de Hidráulica e Ambiente.

Exerceu funções como quadro do Ministério do Ambiente, que incluiu a chefia do Projecto de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Tejo (PGIRH/Tejo), Direcção-Geral dos Recursos Naturais, de Maio de 1987 a Julho de 1993.

Também no Ministério do Ambiente, foi directora nacional dos seguintes projectos apoiados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): Estudo Ambiental do Estuário do Tejo (PNUD/UNESCO-POR/77/003), Qualidade da Água e Controlo da Poluição do Rio Tejo e seu Estuário (PNUD/OMS-POR/80/001), Desenvolvimento de Tecnologias de Saneamento Básico (PNUD/OMS-POR/86/005), Water Catchment — Aquatic System Management (PNUD-POR/88/002).

No quadro da sua actividade científica participou em numerosos projectos, cujos resultados se materializam em publicações institucionais (relatórios), em artigos em revistas da especialidade ou na apresentação de comunicações em reuniões técnico-científicas de que se relevam os seguintes projectos comunitários (5.º e 6.º Programa

Quadro de Investigação em Ciência e Tecnologia da União Europeia) e nacionais:

Fate of Toxic Metals and Organic Pollutants in the Pearl River Estuary — Contrato com a DG XII da Comissão Europeia (1994-1998) (coordenadora);

INTEREST — Interaction between Environment, Society and Technology (EU-6FPINCODE Project, Contract n.º ICA4-CT 2001-10046) (2001-2005) (<http://www.rothamsted.bbsrc.ac.uk/aen/interest/index.htm>);

HarmoniQua — Harmonising Quality Assurance in model based catchments and river basin management. (EU-6FP) (<http://harmoni-qua.wau.nl/>) (2002-2006);

Estudo Preparatório para a Definição de Projectos Elegíveis no Contexto do Fundo de Coesão — Indicadores do Estado Ambiente para Águas Costeiras e Estuárias (1993);

Instrumentos de Apoio a uma Política de Desenvolvimento Sustentável em Saneamento Básico (1994);

Centro Temático Europeu para o Ambiente Marinho e Costeiro da Agência Europeia do Ambiente (1994, 1995);

Estudo da Caracterização Ambiental no Estuário do Guadiana e Zonas Adjacentes (1997-2000) e da Lagoa Rodrigo de Freitas e Praias de Leblon, Ipanema e Arpoador (Rio de Janeiro, Brasil). Solução Integrada de Recuperação Ambiental (1998-2000).

Desenvolveu actividade docente no Instituto Superior Técnico, na Universidade do Algarve e na Universidade Nova de Lisboa (curso de mestrado) bem como em diversos cursos de formação. Garantiu a orientação de estágios curriculares.

Participou em grupos de peritos, em particular como perito de avaliação de propostas para projectos de investigação no quadro do 6.º Programa Quadro de Investigação em Ciência e Tecnologia da União Europeia, bem como no grupo de peritos que preparou o Plano Nacional da Água (2003).

Foi perita nacional no Grupo de Recursos Naturais do Comité do Ambiente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico da OCDE.

É autora ou co-autora de 110 publicações que incluem artigos em revistas com arbitragem científica e de divulgação internacional, comunicações a reuniões científicas e técnicas da especialidade, bem como publicações institucionais (relatórios). Apresentou comunicações orais (palestras) isoladas ou integradas em realizações técnico-científicas.

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 20 043/2006

A Câmara Municipal de Aljustrel deliberou em 13 de Novembro de 2002 proceder à revisão do Plano Director Municipal de Aljustrel, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 138/95, de 15 de Novembro.

Considerando o teor da acta da reunião preparatória realizada no dia 23 de Abril de 2004, em cumprimento do n.º 11.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Tendo em conta a fundamentação para a revisão do Plano Director Municipal apresentada pela Câmara Municipal, em cumprimento do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, e do n.º 9.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Considerando ainda a proposta de composição da comissão mista de coordenação que acompanhará o processo de revisão do Plano Director Municipal de Aljustrel, conforme consta da acta da referida reunião preparatória;

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, determino:

1 — É constituída a comissão mista de coordenação (CMC) que acompanhará o processo de revisão do Plano Director Municipal de Aljustrel, a qual é presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, nos termos do disposto no n.º 5.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril.